



D. Leopoldina foi Arquiduquesa, depois Princesa e, por fim, primeira Imperatriz do Brasil.



A MISSÃO LEOPOLDINA: PRIMEIRA EXPEDIÇÃO DA MISSÃO CIENTÍFICA AUSTRIACA AO BRASIL NO SÉCULO XIX

THE MISSION LEOPOLDINA: FIRST EXPEDITION OF
AUSTRIAN SCIENTIFIC MISSION TO BRAZIL IN THE XIXTH CENTURY

VALDIRENE DO CARMO AMBIEL
(*Sócia titular do IHGSP*)

Resumo:

A América era vista pelo europeu, desde o tempo de seu descobrimento, 1492, como uma terra exótica, tanto pela sua fauna e flora, como também por seus habitantes, em especial a América do Sul. No século XIX, após o acordo de casamento entre as Casas Reais de Bragança e Habsburgo-Lorena, o Brasil recebeu uma Missão Científica, com o objetivo de conhecer o território, estabelecer limites geográficos e a cultura do povo brasileiro num levantamento cultural e demográfico peculiar. Com a Independência política em 7 de setembro de 1822, o trabalho destes cientistas foi também o de procurar na história dos povos indígenas, uma identidade para a nação que se formava. Nesse contexto, este artigo retoma os estudos sobre alguns membros da Coroa Portuguesa, com o objetivo de reunir informações históricas para o futuro estudo arqueológico do túmulo da princesa Leopoldina.

Palavras-chaves: História da Ciência; Missão Austríaca; Casa de Habsburgo-Lorena.

Abstract:

America was seen by Europe since the time of its discovery, 1492, as an exotic land, both for its fauna and flora, but also by its inhabitants, particularly in South America in the nineteenth century, after the marriage agreement between the Royal Houses of Braganza and Habsburg-Lorraine, Brazil received a Scientific Mission, with the aim of knowing the territory, establish geographic boundaries of the Brazilian people and culture in a unique cultural and demographic survey. With political independence on 7 September 1822, the work of these scientists was also looking at the history of indigenous peoples, an identity for that nation that was forming. Therefore, this article takes up studies on some members of the Portuguese crown, with the goal of incorporating historical information for the future archaeological study of the tomb, burial ground, skeletal remains and *causa mortis* of Princess Leopoldina.

Keywords: History of Science; the Austrian Mission; House of Habsburg-Lorraine.

“Por volta do terceiro quarto do século XIX os vertebrados do Brasil estavam melhor cadastrados do que, por exemplo, os dos Estados Unidos.”
(VANZOLINI, 1996, p.213)

Introdução

A arqueologia e a antropologia foram empregadas para o estabelecimento de fronteiras geográficas, visando criar ideias abstratas de nação, com base no estudo antropológico das populações tradicionais, do *indígena*, extinto ou não. Antes dos processos de Independência, esse recurso serviu para “alimentar” a política colonial europeia, “civilizando” o indígena por meio da sua própria escravização (NOELI, FERREIRA, 2007). No século XIX, temos a ação da Missão Científica austríaca, na qual a princesa Leopoldina teve um papel relevante.

Entre os cientistas que participaram da primeira parte da missão, destacamos os bávaros Spix e Martius e o austríaco Natterer. Este último, apesar de ser chamado por Goeldi (1896) como o maior e mais popular dos naturalistas europeus que participaram da missão, hoje é conhecido mais pelos trabalhos efetuados na zoologia, apesar de ter feito coletas importantes nas áreas da arqueologia e da etnologia (GOELDI, 1896; VANZOLINI, 1993).

Essa Missão científica teve seu final já no século XX, em 1909, no período republicano. Todo o material científico coletado, inclusive aquilo que sobreviveu às guerras e revoluções, principalmente na Europa, tem sido estudado ainda hoje por cientistas de diversas áreas do conhecimento, inclusive no Brasil. (PAPAVEIRO, 1971; LOPES, 1993; VANZOLINI, 1993). Para entender um pouco como esses trabalhos eram feitos, é necessário conhecer um pouco da história e ideologias do século XIX.

Uma breve passagem pelos acontecimentos históricos no Brasil e na Europa no início do século XIX

O século XIX começou marcado, entre muitos outros acontecimentos, pelas invasões de Napoleão Bonaparte em vários países europeus, inclusive Áustria, que até a invasão compunha o Sacro Império Romano Germânico, uma das potências da época, governado pela Família Habsburgo-Lorena. No final de 1807, as tropas francesas invadiram Portugal e com a *ajuda* da Inglaterra, o então prin-



cipe regente Dom João transferiu a capital do Reino para sua colônia na América, o Brasil.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, Dom João decretou a Abertura dos Portos. Parcialmente abertos em 1808, somente em 1810 estariam totalmente disponíveis, tendo como principal beneficiária a Inglaterra. Muitos estrangeiros e naturalistas europeus viajaram para a colônia a partir desse período.

Com a derrota de Napoleão, em 1813, os países europeus organizaram o Congresso de Viena, que teve como objetivo *restabelecer a ordem* no continente. Para fazer parte e ter os benefícios estabelecidos por essa reunião, o monarca interessado deveria estar em seu próprio país e não em uma colônia e o príncipe regente não mostrava vontade de voltar para Lisboa. Foi por esse motivo que Dom João resolveu elevar o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, pois assim ele estaria em território português e não numa simples colônia. Alguns historiadores sustentam que foi durante o Congresso de Viena que começaram os acordos entre os governos da Áustria e de Portugal para o *casamento* da Arquiduquesa Leopoldina, filha de Francisco I, Imperador da Áustria com o Príncipe Dom Pedro, filho de Dom João. A Áustria tinha muito interesse pela América e suas riquezas naturais. O Brasil, em especial, já era conhecido pelos austríacos devido ao trabalho de religiosos austríacos na então colônia portuguesa, nos séculos XVII e XVIII. Assim, essa aliança era uma forma não apenas de permitir a participação ativa austríaca no Brasil (maior colônia da América), mas também de “restringir” a *influência* inglesa em Portugal (LUSTOSA, 2006; OBERACKER, 1973; RIEDL-DORN, 1999).

O contrato de *casamento* entre a Arquiduquesa e Dom Pedro foi assinado em 1816. O *casamento* foi realizado, por procuração, em 1817. D. Leopoldina chegou ao Rio de Janeiro em 5 de novembro de 1817, desembarcando um dia depois. Junto com sua comitiva estavam vários naturalistas europeus, entre eles, na fragata Áustria, estavam os bávaros, o zoólogo Johann Baptist von Spix (1781-1827) e o médico Karl Friedrich P. von Martius (1794-1868). A fragata *Augusta*, que trazia outros cientistas, como o austríaco Johann Natterer (1787-1843), teve problemas e chegou ao Rio de Janeiro pouco mais tarde. A vinda destes cientistas para o Brasil marcou uma das maiores expedições científicas da história, que ficou conhecida como *Missão Científica Austríaca*, tendo seu final apenas no início do século XX, em 1909. A missão destes cientistas era a de procurar, observar, descrever, classificar e preferencialmente, coletar *exemplares* da fauna e flora e

mesmo, algumas vezes, o *indígena* estava entre esses exemplares. Seguindo um linear “evolutivo”, os índios eram classificados como *antropófagos*, *selvagens* e *semi-aculturados*. Eram obtidas informações sobre sua *vida*, *hábitos e costumes*, além da *aparência*. Esta deveria ser retratada com o máximo de detalhes, com a participação do pintor Thomas Ender e a colaboração de Debret. Interessava a esses europeus cientistas, se possível, um crânio, o que foi logo facilmente conseguido junto aos mundurucus, assim como fósseis e outros espécimes (LOPES, 1993; NOELLI, FERREIRA, 2007; RIEDL-DORN, 1999; SPIX, MARTIUS, 1938).

O fato de Spix, Martius e Natterer, entre outros, terem vindo com a Arquiduesa, não foi por acaso, pois Dona Leopoldina era admiradora apaixonada pelas das ciências naturais, principalmente a mineralogia. Ela mesma, mais tarde, acompanhou os cientistas em pesquisas próximas ao Rio de Janeiro. Na fazenda real de Santa Cruz, foi criado, por determinação dela, um laboratório designado à triagem e preparação do material que iria para a Europa. Nesse local eram tratados por métodos específicos vários artefatos e espécies que seriam remetidos para a Europa. A prática da *taxidermia* era realizada inclusive pela própria Leopoldina. Na residência real, ela criou um gabinete dedicado à História Natural do Brasil. Em 1818, foi fundado ou recriado o *Museu Real*, com participação ativa da então princesa Leopoldina, não apenas na administração, como também nas pesquisas científicas ligadas à expedição dos naturalistas. Esse museu foi o precursor do *Museu Nacional*.

Muito do material coletado pela expedição da Missão foi enviado à Europa. Entretanto, por determinações da princesa, as amostras deveriam ser coletadas em duplicatas, bem como os diários dos naturalistas, pois as informações sobre as pesquisas deveriam ficar no Brasil. Também, os materiais eram enviados em sistemas de trocas. Muito do acervo que ainda hoje está no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, é resultado dessas trocas. O objetivo era a futura formação de cientistas brasileiros. No Rio de Janeiro foi criado por membros da Missão um jardim botânico e um Zoológico, aos quais a população tinha acesso (LOPES, 1993; RAMIREZ, 1968). Em Viena foi criado o *Museu Brasileiro*. Nesse contexto, muitos animais (vivos e mortos) e materiais etnológicos eram enviados para o Palácio de *Schönbrunn*, residência dos Habsburgo. Outros materiais eram enviados para outros museus e palácios europeus. Afinal, como as missões eram financiadas por governos europeus, além da Áustria, Bavária, Prússia, Rússia,



entre outras e a América do Sul era vista apenas como uma “terra exótica”, era natural que o destino desse material fosse “o enriquecimento de coleções e instituições reais e imperiais europeias”.

É importante lembrar que, no século XIX, os museus de história natural da Europa eram constituídos de *coleções*, chamadas de *exposições*. Ao contrário dos museus de hoje, naquela época, os animais deveriam estar no seu contexto simulado da natureza. Os animais deveriam ser montados com todo o gosto artístico. Não havia, portanto, a separação científica, que começou no início do século XX, entre pele, ossos etc. (RIBEIRO, 1912).

Com a morte prematura da Imperatriz Leopoldina em 1826, a missão perdeu muito apoio do governo brasileiro e, por questões políticas, nem todos queriam que o então “povo brasileiro” tivesse uma *identidade*, uma história diferente da portuguesa. Permissões de viagens ficaram mais complicadas. Contudo, até dezembro de 1826, quando a Imperatriz faleceu, a Missão já havia enviado para Viena, Paris, Munique e Berlim vários acervos ligados à arqueologia, etnologia, mineralogia, botânica, zoologia etc., incluindo um presente enviado por Dom Pedro I ao sogro, Imperador da Áustria, após a proclamação da Independência. O artefato ficou conhecido como “a caixa-de-Pedro”, era uma concha Vênus ou *Chione paphia linnaeus*, decorada nas laterais com ouro e ao centro, o símbolo de Dom Pedro I. Todo o ornamento foi feito no Brasil e ainda existe (OBERACKER, 1973; RIEDL-DORN, 1999).

Com a Independência política do Brasil, proclamada em setembro de 1822, houve um outro objetivo para os cientistas que compunham a missão. Agora não seria mais um trabalho para atender ao colonialismo português, mas aos interesses do novo império que se formava. Além da questão territorial, que continuava importante, pois havia muitos conflitos internos no país, já que nem todas as províncias aceitavam o governo de Dom Pedro I e queriam fazer parte de um Brasil separado de Portugal (OBERACKER, 1973), havia também a questão de identidade nacional, a criação da ideia de “povo brasileiro”. Quem era o *indígena*, um povo *primitivo* (*decadente*) e como era sua cultura? (NOELLI, FERREIRA, 2007; SOUZA, 1991; STRAUBE, 2000). Questões como essas só começaram a ser respondidas, em forma de idealizações, nem sempre reais, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1839, ainda no período da regência. Importava legitimar o colonialismo interno, inclusive, agora, com a participação de brasileiros, entre eles, Barbosa Rodrigues, que sofreu grande

influência da sistemática científica e ideias e teorias de Martius (FERREIRA, NOELLI, 2009).

Revisitando Martius, Spix e Natterer

Encarregados pelo Rei da Bavária, Maximiliano José I, o médico e botânico Martius, junto com o zoólogo Spix, deveriam integrar a Missão Científica que viajaria ao Brasil junto com a Arquiduquesa da Áustria Leopoldina, para fazer estudos científicos sobre o país. Martius seria o responsável pela flora tropical, investigando as plantas dos indígenas com a intenção de ligá-las, por parentesco, com as plantas de outros países, tomando por base suas relações climáticas e geológicas.

Dentro destas pesquisas estavam análises e observações sobre os vestígios de vegetações do passado pré-histórico da então colônia portuguesa. Além desses estudos, foram realizadas pesquisas de mineralogia, que obtiveram informações geológicas sobre a formação das montanhas, os fósseis, ouro e pedras preciosas (SPIX, MARTIUS, 1938,1981; SPIXIANA, 1983). Spix e Martius viajaram pelo Brasil, no período entre 1817 e 1820. O primeiro trabalho sobre a língua tupi foi publicado em 1838, após o falecimento de Spix (FERREIRA, NOELLI, 2009; SPIX, MARTIUS, 1981; SPIXIANA, 1983). O trabalho filológico e etnográfico deveria ser feito tanto para obter informações sobre o passado como sobre o presente do Brasil. Os costumes, não somente das populações indígenas, mas também das cidades faziam parte do relatório do trabalho dos cientistas. Com a obtenção de dados demográficos em todas as capitâneas visitadas, Spix e Martius realizaram um estudo sistematizado da população do povoamento ou comarca, classificando os moradores como homens e mulheres, no caso de *brancos*; para os *pretos* e *mulatos* havia a classificação dos *livres* e *escravos*; e realizaram uma *soma*, levando em consideração os nascimentos e óbitos. No caso da comarca de São Paulo, em 1815, havia 360 *homens pretos livres* e 485 *mulheres pretas livres*; 2.215 *escravos pretos homens* e 2.158 *mulheres pretas escravas*. Entre os *mulatos* havia: 2.659 *homens livres* e 3.580 *mulheres livres*; os *escravos mulatos* eram 749 *homens* e 833 *mulheres*. A natalidade entre estes grupos era de 703, os casamentos eram 262 e mortalidade 569. A população total da comarca, em 1815, segundo os dados oficiais citados pelos autores, era de 215.021. Em São Paulo havia muitos *mamelucos*. Classificando os caracteres morfológicos da população, concluíram que, em geral, a *cúitis* oscilava entre a *cor de café* e o *amarelo*



quase branco, os rostos eram *redondos* e os olhos *negros*, sendo raramente *azuis*. (SPIX, MARTIUS, 1938, p. 208/226-227).

A comarca possuía dois riachos, o Tamanduateí e o Anhangabaú, e três pontes em alvenaria. Grande parte das casas paulistas era de taipa, poucas eram as construções em alvenaria. Os *gostos* das construções eram *duvidosos*, segundo os naturalistas, além de antigas, em torno de cem anos. Os paulistas também não davam importância ao luxo e a maior parte das construções e mobílias, mesmo entre os mais abastados, era rústica. O lado histórico dos paulistas foi levado em consideração pelos naturalistas bávaros, que narraram a *bravura* dos *sertanistas* (*bandeirantes*) do passado, para mencionar o *orgulho do povo paulista* e o temor que estes despertavam em seus vizinhos, mesmo apesar de os paulistas do século XIX não demonstrarem a tal *agressividade dos seus antepassados*. O entretenimento da população estava representado pelas *touradas*, *jogo de cartas*, *danças* e *cantigas de vilão*. Havia também um teatro, onde eram encenados alguns espetáculos europeus. Os paulistas tinham fama de *intelectuais*. A filosofia de Kant era estudada e, na época, o principal “pensador” e nome da política do país era José Bonifácio de Andrada e Silva, natural da comarca de Santos (SPIX, MARTIUS, 1938; 1981).

O clima de São Paulo era mais ameno que nas demais regiões do Brasil. Pela dificuldade no transporte, distância do porto e a barreira da Serra do Mar para ser atravessada, a maior parte da produção era de subsistência. Produtos como açúcar (*melado*), café, aguardente, fumo, couro e chifres de boi etc., eram, dentro do possível, enviados para o Rio de Janeiro, para seguir para a Europa. O clima propiciava a produção de muitas frutas, como goiaba, jabuticaba e cerejas, que faziam parte da plantação e consumo dos paulistas. Ao contrário das outras regiões do Brasil, o milho era mais consumido que a mandioca. Spix e Martius catalogaram os produtos que eram exportados, como as datas, seus destinos, preços e quantidades. Entre 1801 e 1807, além de Lisboa, São Paulo exportava também para o Porto e a Ilha da Madeira (SPIX, MARTIUS, 1938, p. 226-227).

Entre as doenças, era mais comum em São Paulo, devido também ao clima mais frio, a tuberculose, reumatismos, estados inflamatórios e as *blefarites*. Já na região Nordeste do país, Spix e Martius, entre outros trabalhos, localizaram remanescentes ósseos de paleofauna, como mostra a publicação de 1938. O local dos achados foi às margens do rio Santo Antonio, localizado pelos naturalistas como interior da Bahia, mas atualmente considerado como o Estado de Piauí.

Os ossos coletados não estavam em bom estado, segundo os próprios cientistas, pois “*O revestimento exterior gasto quâsi completamente e constituído apenas em substância celular, medem seis a oito polegadas identificando o tamanho gigantesco do animal*” (SPIX, MARTIUS, 1935, p. 259-260). Esses ossos foram identificados por Spix como pertencentes a um *mamute* ou *mastodonte*; os remanescentes foram enviados para a fazenda Santa Cruz, no Rio de Janeiro e depois para a França.

Martius e Spix tiveram contato com os Munduruku, no Tapajós, população indígena guerreira que costumava causar *muitos problemas* aos portugueses até 1770, quando foi feito um tratado de paz. Os lusos auxiliaram os Munduruku em vários massacres contra seus inimigos. Um dos costumes desta população era decapitar e empalar a cabeça de seus inimigos. Foi aqui que muitos naturalistas, como Natterer, conseguiram alguns dos crânios com cérebro para enviar para a Europa (Riedl-Dorn, 1999; Spix e Martius, 1935).

Martius, em especial, após observar o comportamento de muitas populações indígenas no Brasil, acreditou que as mesmas estavam num estado de *involução* ou *degeneração* devido a uma *estagnação*. Seus estudos sobre o indígena brasileiro não terminaram em 1820, prosseguindo até o final da sua vida. A visão que ele teve do indígena brasileiro foi a de um *fóssil vivo*. Ele via os edifícios do México, a domesticação de plantas e animais; os Tupi seriam originários dos Andes, descendentes dos Incas e, devido à miscigenação, acabaram por *se degenerar*. Essas observações partiram dos seus estudos sobre a língua e os mitos tupis.

Esse naturalista da Missão Austríaca analisou o curso migratório dos rios Tocantins, Xingu e Araguaia. Fazendo uso daquilo que dispunha, reuniu de maneira sistemática a arqueologia, a etnologia e a filologia, na tentativa de transformar o indígena no *súdito* que o Império Brasileiro e os intelectuais desejavam. Além disso, Martius tinha outro problema para lidar: o criacionismo (NOELLI, FERREIRA, 2007; SPIX, MARTIUS, 1935; SOUZA, 1991).

Segundo Alfredo Mendonça de Souza (1991), um historiador da arqueologia brasileira, as teorias de Martius lançaram duas novas linhas de pesquisas. A primeira, com base na classificação das línguas indígenas brasileiras e suas afinidades, analisadas pelos naturalistas e antropólogos que se seguiram. A outra seria a aceitação da *involução cultural* do indígena. Esta foi prontamente adotada, principalmente entre os intelectuais brasileiros, pois estes jamais iriam aceitar o fato de ter sua ancestralidade ligada a um povo “tão primitivo”: o indígena brasileiro



(SOUZA, 1991). Entretanto, se observarmos os relatórios de Spix e Martius sobre a população brasileira como um todo, vamos observar que as críticas não são apenas aos indígenas e ao seu modo de vida. Mas a vida, costumes, higiene, alimentação e os próprios valores, inclusive religiosos, do povo brasileiro naquela época eram muito diferentes daqueles dos europeus, como podemos ler nas obras de outros viajantes, como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, usando os relatos da viagem que ele fez, praticamente na mesma época para São Paulo. As críticas detratoras ao povo também são muito evidentes (SPIX, MARTIUS, 1938, 1981; SAINT-HILAIRE, 1976).

Foram várias as publicações de Martius. A primeira, com a participação de Spix: *Viagem pelo Brasil* ou *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Ameika's zumal Brasiliens* (1867), *Glossaria linguarum brasiliensium* (1853) e o *Flora Brasiliensis* entre 1840 e 1906, portanto, muitos anos após a morte de Martius, em 1868. Toda essa forma de classificação e sistematização da metodologia usada por Martius não foi criação dele: era a metodologia usada no início do século XIX por arqueólogos e antropólogos (FERREIRA, NOELLI, 2009; NOELLI, FERREIRA, 2007; SOUZA, 1991).

Martius pode ter influenciado mais as gerações de arqueólogos e antropólogos brasileiros por ter sido talvez o primeiro a adotar uma metodologia científica ou *dotada de cientificidade e aceita no período* no país, independentemente dos resultados que ela proporcionou.

Todos os artefatos arqueológicos e etnográficos coletados por Spix e Martius eram enviados ao Rio de Janeiro. Lá, antes de seguir para Europa, todo o material recebia tratamento para suportar a viagem e, principalmente no início, esse trabalho era realizado na Fazenda Real de Santa Cruz. Plantas e animais vivos também eram embarcados, porém poucos chegavam ao destino com vida. Mesmo entre os que chegavam vivos, nem todos se adaptavam aos climas da Península Ibérica.

Segundo Nelson Papavero, do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, Martius e Spix coletaram 6.500 espécies da fauna e flora do Brasil, parte das quais constituiu a base para a elaboração do *Flora Brasiliensis*. Desse número, 3.381 animais foram classificados da seguinte forma: 85 mamíferos, 350 pássaros, 130 répteis (e anfíbios) entre outros (PAPAVERO, 1971). Todos os artefatos foram para Munique, onde foram catalogados de forma tipológica e sistemática no Museum de Neuchâtel. O indígena era classificado, muitas vezes, com base na etnografia, nos ornamentos que usava. (SPIXIANA, 1983)

Outro naturalista da Missão, Natterer, foi considerado por Emílio Goeldi e Von Ihering como o naturalista maior do Brasil (GOELDI, 1896; VON IHERING, 1902), muito embora seu trabalho seja muito pouco conhecido fora da zoologia.

Johann Natterer, zoólogo (ornitologista) e colecionador nasceu na Áustria, em Laxenburg, próximo à Viena, em 1787. Filho de Joseph Natterer, um falcoeiro imperial e colecionador de aves e insetos, que por suas habilidades junto não apenas à zoologia, mas também à botânica, foi convidado pelo imperador do então Sacro Império, Francisco II (pai da Imperatriz Leopoldina), em 1793, a montar seu acervo pessoal de botânica e também compor o gabinete imperial de zoologia. Com a influência do pai e também graças aos estudos científicos que realizou na Hungria, Dalmácia e Itália, Johann foi nomeado, em 1816, assistente da Coleção Zoológica Imperial, pelo mesmo imperador, só que agora com o nome de Francisco I da Áustria, o que facilitou o convite para integrar a comissão de cientistas austríacos que participariam da Missão (PAPAVERO, 1971; RIEDL-DORN, 1999; STRAUBE, 2000).

Natterer chegou ao Brasil na fragata Augusta, que teve problemas e não conseguiu acompanhar a comitiva da Arquiduquesa, chegando pouco tempo mais tarde que os demais, como Martius e Spix. Porém, ficou no Brasil por quase 18 anos, de 1817 até 1835. Durante o período de cinco a seis anos realizou suas pesquisas entre Rio de Janeiro e São Paulo, seguindo para Minas Gerais, Mato Grosso e parte da região Amazônica, onde realizou pesquisas pelo rio Negro e Branco, descendo o Amazonas até o Pará, quando voltou para Viena (VON IHERING, 1902).

Depois de atritos, logo no início, com o botânico da Bohemia, Johann C. Mikan, que também fez parte da missão, Natterer resolveu seguir viagem sozinho, apenas com a ajuda de seu ajudante Dominick Sochor, que faleceu pouco tempo depois, no Mato Grosso. Então Natterer comprou um jovem escravo negro de nome Luiz, que o acompanhou até seu retorno à Europa e, antes de voltar, ele alforriou o jovem, que adquiriu muito conhecimento nos anos de convívio com o cientista austríaco.

No período que passou no Brasil, Natterer se dedicou à coleta e preparação de material biológico e etnográfico. As remessas eram enviadas para Viena, para o museu em que trabalhava. Além de caçador (isso era normal para os naturalistas do século XIX), Natterer dominava também a técnica da taxidermia. Ele mesmo



preparava os animais vertebrados coletados. Na preparação, ele também examinava o interior dos organismos e suas vísceras, colhendo os parasitas. Com isso, coletou quase 1729 frascos de helmintos, que serviram e ainda servem de material de pesquisas para muitos helmintologistas (GOELDI, 1896; PAPAVERO, 1971; RIBEIRO, 1912; STRAUBE, 2000; VANZOLINI, 1993).

Entre 1817 e 1835, Natterer coletou, em suas viagens de pesquisa pelo Brasil, um total de 1.146 mamíferos, 12.294 pássaros (com 1.200 espécies), 1.678 anfíbios e répteis, 409 crustáceos, 73 moluscos, 1621 peixes, 1.729 vermes, 147 amostras de madeira, 430 minerais, 192 crânios, 42 preparações anatômicas, 242 amostras de sementes, 125 diferentes tipos de ovos, além de 1.934 artefatos etnográficos, incluindo objetos de cultura material e imaterial, entre armas, ornamentos, roupas e 60 glossários de tribos diferentes com que ele teve contato. Ele preparava, em média 2 peles de pássaros por dia, o que demonstrava um trabalho de campo muito intenso e sistemático. A maior parte da sua coleção, inclusive os manuscritos de sua viagem, foram perdidos em um incêndio no Gabinete Imperial de História Natural em Viena, em 1848, cinco anos após sua morte. Alguns atribuem esse incêndio como um evento relacionado à Revolução de 1848 (GOELDI, 1896; PAPAVERO, 1971; STRAUBE, 2000). O material etnográfico ainda pode ser encontrado hoje no Museu de Etnografia de Viena, bem como parte das aves que estão no *Naturhistorischen Museum*, em Viena. (STRAUBE, 2000; VANZOLINI, 1993).

Outro aspecto que nos chama a atenção é a metodologia usada por Natterer. Ele classificava seus achados usando um letreiro, no qual havia um número que classificava cada espécie (vivo ou morto, no caso de seres vivos), o sexo, a localidade e data da coleta e observações sobre o local da coleta. Nos seres vivos, ele procurava analisar todos os caracteres, tanto internos quanto externos, como penas, cor da íris, características anatômicas, medições, conteúdo do estômago, modo de vida. Isso para procurar aprender sobre as diferenças de sexo e idade e demais variações de uma para outra espécie e também de um e outro local onde os exemplares foram encontrados, estabelecendo uma biogeografia das espécies. Fazem parte do material produzido por Natterer mapas de todos os itinerários da sua missão. Suas anotações de campo ajudaram muito a ornitologia com informações biológicas em muitos casos, desconhecidas na época, como características morfológicas, anatômicas e até comportamentais, dados que não eram comuns naquele período da história da ciência europeia (VON IHERING, 1902; PAPA-

VERO, 1971; STRAUBER, 2000).

Natterer sofreu com as variações e diferenças dos elementos do sistema climático no Brasil, contraindo algumas doenças, além de saques e ataques de revoltosos, como durante a Cabanagem, em 1835, no Pará, onde toda uma remessa de material foi destruída. Nesse caso, os revoltosos mataram inclusive os animais. Esse fato que fez com que Natterer voltasse para Viena (GOELDI, 1896).

Natterer casou-se com uma brasileira, no Rio Negro, de nome Maria do Rego, com quem teve três filhos. Infelizmente para ele, nem sua esposa, nem duas de suas filhas se adaptaram ao clima europeu, falecendo pouco tempo após a chegada ao continente. Apenas Gertrudes, a filha mais velha, suportou a mudança. Natterer faleceu vítima de congestão pulmonar, em Viena, no ano de 1843, quando se preparava para fazer uma obra crítica sobre ornitologia (STRAUBE, 2000).

Neste artigo ainda falta a citação dos nomes de dois cientistas que participaram da missão, a saber: o jardineiro austríaco Heinrich Wilherlm Schott (1794-1865) que trabalhou no laboratório montado na fazenda Santa Cruz, inclusive com Natterer; e o enviado do governo da Toscana, Giuseppe Raddi, botânico (1770-1829).

Considerações finais

Quando fazemos um trabalho, no qual devemos analisar dados produzidos por cientistas em outras épocas, é muito comum, antes até de fazermos as análises, criticarmos a maneira de pensar e agir daqueles que realizaram as pesquisas. Nem sempre temos a preocupação de entender o mundo e as ideologias que cercavam estas pessoas, as especificidades dos seus contextos históricos.

Nós, principalmente da área das Ciências Humanas, acreditamos sempre estar prontos para ver e aceitar o outro e suas diferenças. Esse é nosso grande erro, pois na verdade não estamos preparados para isso, porque estamos, de uma forma ou de outra, julgando os outros. É com um pouco deste pensamento que fiz este trabalho. Não penso que a Europa do século XIX fosse superior ao Brasil. O que eu acredito é que era diferente. E é nesta diferença que está o problema, tanto para os cientistas do passado, que, provavelmente, não sabiam lidar com esse tipo de diferença, como para nós, que “acreditamos” saber.

É isso que tentei expressar quando relatei que a questão do preconceito do europeu não estava apenas posta em relação ao indígena, mas aos brasileiros de forma geral, pois toda a sociedade era criticada por eles. Mas nós, hoje, apenas



olhamos para a questão do indígena. Fiz questão de colocar São Paulo, pois foi o local onde Spix e Martius menos fizeram crítica de forma detratora. Muito pelo contrário, elogiaram o clima e, é claro, a história dos paulistas, numa tentativa de recuperar sua identidade gloriosa, tão importante dentro daquela sociedade.

Com relação ao preconceito, o próprio Gordon Childe, na primeira metade do século XX, estava já imbuído pelo mesmo: fazia parte da ideologia da sociedade na qual ele vivia.

Também acredito ter sido importante incluir o nome de Johann Natterer neste trabalho. As poucas vezes que ouvimos falar da Missão, os nomes que ouvimos são os de Martius, Spix e do médico e geólogo Johann Emmanuel Pohl, mas dificilmente o de Natterer. É muito raro encontrar algum material sobre ele que não tenha sido produzido por um zoólogo. Muitos podem dizer que isso se deve ao fato de ele ter sido um zoólogo. Entretanto, Spix também era zoólogo e Martius era médico, botânico e antropólogo e temos tantas informações sobre seus trabalhos, inclusive sobre arqueologia.

O que tentei mostrar neste trabalho foi apenas uma mínima parte do trabalho destes homens e de toda a contribuição que deixaram para a ciência, especialmente no caso do esquecido Natterer. É claro que hoje temos outra visão, uma metodologia mais definida, uma complexificação do fazer científico com o desenvolvimento de novas tecnologias e mudanças prementes de mentalidades na população mundial. Mas o que aqueles homens fizeram foi o começo, principalmente Martius e o próprio Natterer, que estudou até o comportamento de animais, e isto na primeira metade do século XIX.

A Missão Científica Austríaca marcou uma pesquisa interdisciplinar. É difícil dizer se a arqueologia e a antropologia foram usadas para ajudar a botânica, a história, a zoologia, a biologia etc.. A forma como vejo todos aqueles anos de pesquisas é que na verdade existiu uma união de vários cientistas, de diversas áreas, em busca de um conhecimento. E isso é o que usamos em qualquer pesquisa hoje. A interdisciplinaridade é indispensável em qualquer área. Não a vejo de forma negativa.

Vale também lembrar que as definições de metodologia em arqueologia começaram a ganhar corpo nos anos de 1850, vários anos após o início da missão. Mesmo assim, os cientistas aqui citados usaram técnicas de classificação sistemática e tipológica. Tudo isso contribui para a implementação dos estudos sobre a história das ciências no Brasil e na Europa.

Referências

- FERREIRA, L.; NOELLI, F. João Barbosa Rodrigues: precursor da etnoclassificação na Arqueologia da Amazônia. *Revista Amazônica*, v.1 . n.1, p. 68-95. 2009.
- GOELDI, E. A. Johann Natterer. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*: v. 1, n.3, p. 189-217. 1896.
- IHERING, H. von. Natterer e Langsdorff: exploradores antigos do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista* 5:13-24.1902.
- LOPES, M. M. *As Ciências Naturais e os Museus no Brasil no Século XIX*. Tese apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP (doutorado). São Paulo. 1993.
- LUSTOSA, I. D. *Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.
- NOELLI, F.; FERREIRA, L. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciência, Saúde*. Manginhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4. 2007.
- OBERAKER, C. H. J. *A Imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e IHGB. 1973.
- PAPAVERO, N. *Essays on the History of Neotropical Dipterology*. São Paulo: Museu de Zoologia da USP. v. 2. 1971.
- RIBEIRO, A. M. *Os processos de taxidermia e o Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo. 1912. (relatório).
- RIEDL-DORN, C. *Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil*. Brasil. [s.n;s.l]. 1999.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à província de São Paulo de 1779-1853*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia. 1976.
- SOUZA, A. *História da Arqueologia Brasileira*. Pesquisas-Antropologia, n.46. 1991.
- SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional. v. 1-4, 1938.
- SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: EDUSP. v.1-3. 1981.
- SPIXIANA. *Zertschrift fur zoologie. Supplement/zoologische Staatssammlung*. München: [s.n]. 1983.
- STRAUBE. F. C. Johann Natterer (1787-1843): naturalista-maior do Brasil. *Revista Nattereria*. São Paulo. v. 1, p. 4-11. 2000.
- VANZOLINI, P. E. As viagens de Johann Natterer no Brasil, 1871-1835. *Papéis Avulsos de Zoologia*. n. 38, p. 17-60. .1993
- VANZOLINI, P. E. A contribuição zoológica dos primeiros naturalistas viajantes no Brasil. *Revista da USP* . São Paulo: EDUSP. n. 30, p. 190-238. 1996.